

Editorial

Ativos intangíveis e geração de valor na Nova Economia

Joyce Mariella Medeiros Cavalcanti

joyce.cavalcanti@unp.br

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais

Professora no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Potiguar

1. INTRODUÇÃO

A *fintech* brasileira Nubank havia se tornado a maior instituição financeira da América Latina em valor de mercado – estimado em US\$ 41,5 bilhões ou aproximadamente R\$ 230 bilhões em dezembro de 2021 –, logo após ter realizado a oferta pública inicial de suas ações na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), nos Estados Unidos, o que a havia feito ultrapassar o Itaú, que detinha esse posto e é considerado uma instituição financeira tradicional (BBC News, 2021). No entanto, o Nubank reportou prejuízo no último trimestre (3T21) divulgado (Nubank RI, 2022a), assim como nos dois últimos anos 2019-2020 (Nubank, 2021). Existiria, então, um contrassenso nesse caso? Por que o mercado valorizaria tanto uma empresa que não é lucrativa?

Os ativos intangíveis podem ajudar a entender esse cenário. À luz das perspectivas da contabilidade e das finanças, os ativos intangíveis consistem em um importante tema para discussão e compreensão sobre como funciona a geração de valor das empresas atualmente. Sem isso, fatos que envolvem a geração de valor pelos ativos intangíveis se tornam um amontoado de anedotas empresariais – que até podem ser curiosas e interessantes – mas que não fazem sentido no todo.

Entender esse “todo” passa necessariamente pela compreensão da evolução da literatura sobre ativos intangíveis. A partir dela, conceitos e evidências são apresentados para, em seguida, discutir sobre suas críticas e identificar os desafios atuais envolvendo a gestão desses ativos (Garanina; Hussinki & Dumay, 2021). É fundamental compreender esse processo, porque são eles, os ativos intangíveis – em conjunto com outros tipos de ativos –, a principal forma de geração de valor no século XXI.

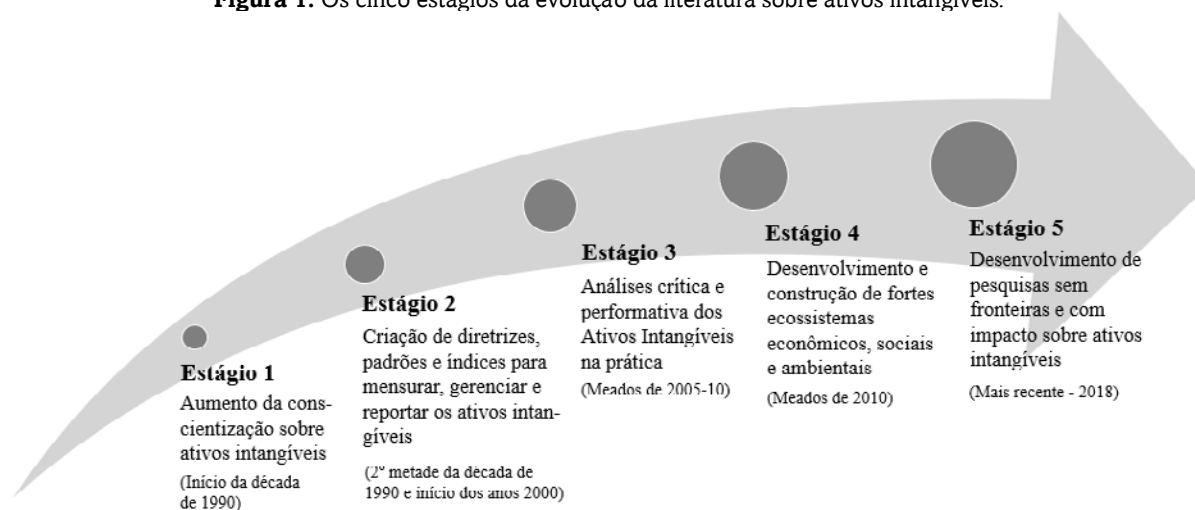
Portanto, o objetivo deste editorial é discutir sobre o papel dos ativos intangíveis na geração de valor na Nova Economia. Ao apresentar uma breve evolução da literatura, espera-se que seja possível aos(as) leitores(as) reunir elementos teóricos e práticos introdutórios com a finalidade de relacioná-los a casos reais e atuais de forma crítica. Com esse intento, o caso do Nubank é revisitado por se tratar de um exemplo de uma empresa nacional intensiva em ativos intangíveis.

2. EVOLUÇÃO DA LITERATURA SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS

Pode-se dizer que a Nova Economia emergiu em meados do século XXI (Lev, 2001) por meio da intensificação da expansão do setor de serviços, que substituiu setores intensivos em capital – com alto emprego de ativos tangíveis, como as indústrias – por setores intensivos em conhecimento – com alto emprego de ativos intangíveis – para competir em nível de excelência global (Alcaniz, Gomez-Bezares & Roslender, 2011). Essa transição de modelo de crescimento contribuiu para a evolução da literatura sobre ativos intangíveis, que pode ser agrupada em cinco estágios evolutivos (Garanina *et al.*, 2021). Caso esses estágios não sejam analisados em conjunto, torna-se muito difícil desenvolver uma abordagem crítica a respeito desse tema. Portanto, apresentam-se a seguir os cinco estágios da evolução da literatura sobre ativos intangíveis para, em seguida, contextualizá-los ao caso do Nubank.

Como suporte para o acompanhamento da evolução dos estágios, apresenta-se a Figura 1 a seguir:

Figura 1: Os cinco estágios da evolução da literatura sobre ativos intangíveis.



Fonte: Adaptado de Dumay, Guthrie e Rooney (2020, Fig. 1. The five stages of IC research, p.3, tradução nossa).

Nota: A delimitação temporal varia e o desenvolvimento dos estágios se sobrepõe. A estimativa dos períodos tem o objetivo de ilustrar a evolução temporal dos estágios de forma didática, sequencial e visual.

2.1 PRIMEIRO E SEGUNDO ESTÁGIOS

Na década de 1990, o termo “capital intelectual” foi inicialmente utilizado por Thomas Stewart para se referir ao *brainpower* de uma empresa como a sua principal forma de alcançar vantagem competitiva com vistas à criação de riqueza. Em outras palavras, as empresas deveriam empregar e gerenciar conhecimento, informação, experiência, propriedade intelectual, entre outras formas correlatas de geração de valor, para conseguir sobreviver e atingir desempenho superior ao de seus concorrentes em mercados cada vez mais competitivos (Dumay, Guthrie & Rooney, 2020).

Foi nesse contexto que o **primeiro estágio** foi identificado. Nele, buscou-se a massificação da conscientização sobre a importância e relevância do capital intelectual com o objetivo de conquistar uma ampla audiência junto à academia, aos profissionais de mercado, aos agentes e órgãos públicos. Como resultado, o primeiro estágio foi considerado descritivo ou normativo, o que comprometeu o aprofundamento das especificidades do tema no contexto organizacional (Petty & Guthrie, 2000).

Para superar essas limitações, durante a segunda metade da década de 1990 até o início dos anos 2000, teve início o **segundo estágio** da evolução da literatura, caracterizado pela busca por legitimação do capital intelectual como disciplina a partir da qual é possível criar diretrizes e padrões, índices para medi-lo, administrá-lo e reportá-lo no contexto organizacional por meio de uma perspectiva *top-down*, multidisciplinar e baseada em evidências (Guthrie, Ricceri & Dumay, 2012). A partir desses dois estágios, avanços teóricos e empíricos significativos ocorreram no que tange à conceituação, ao processo de mensuração, registro e evidenciação, bem como evidências empíricas que relacionassem o capital intelectual com a performance corporativa.

Inicialmente deve-se definir qual termo utilizar. Lev (2001) explica que há uma ampla variedade na literatura: “capital intelectual” nas áreas de gestão e direito, “ativos intangíveis” na contabilidade, e “ativos do conhecimento” na economia. Para esse autor, os três termos são utilizados de modo intercambiável porque compartilham o mesmo significado: são benefícios econômicos futuros não representados fisicamente. Neste editorial, padroniza-se o uso do termo “ativos intangíveis”. Em seguida, devem-se definir parâmetros para identificá-los. De modo geral, há uma convergência na literatura para três componentes: (i) capital humano, relacionado ao conhecimento incorporado às pessoas; (ii) capital estrutural, relacionado ao conhecimento integrado à organização e a seus sistemas; (iii) capital relacional, vinculado ao conhecimento atrelado ao relacionamento externo das organizações com seus *stakeholders* (Guthrie *et al.*, 2012).

A forma como os ativos intangíveis são abordados depende da perspectiva adotada. Por exemplo, enquanto a perspectiva contábil dedica-se à mensuração, ao reconhecimento e à evidenciação dos ativos intangíveis nos relatórios financeiros, a perspectiva financeira auxilia nesse processo ao desenvolver e aplicar metodologias de avaliação (Cavalcanti, Amaral, Correia & Louzada, 2018), o que culmina na gestão desses ativos (Dumay *et al.*, 2020). É importante evidenciar, todavia, que essas duas perspectivas não são as únicas existentes (ver Marr, 2005). Ainda assim, em conjunto, elas abrem importantes avenidas de compreensão sobre como os ativos intangíveis geram valor na Nova Economia, em especial no contexto do Mercado de Capitais.

A partir dessas perspectivas, emerge um tópico de intenso debate: a forma adotada para mensurar, registrar e evidenciar os ativos intangíveis nos relatórios financeiros (Cavalcanti *et al.*, 2018). Se, por um lado, argumenta-se a respeito

do avanço regulatório contábil mundial nos últimos 20 anos; de outro, essas mesmas diretrizes contábeis orientam, de modo geral, que gastos com pesquisa & desenvolvimento (P&D) – uma importante fonte de criação de valor pelos ativos intangíveis – sejam classificados como despesa; mas, caso atendam a critérios específicos, poderiam ser capitalizados, assim como permite-se o reconhecimento do *goodwill* e *impairment* mesmo que possam produzir estimativas não confiáveis de valor justo, contribuindo para que ambos os casos sinalizem para orientações e padrões pouco objetivos acerca do tratamento contábil dado aos ativos intangíveis (Garanina *et al.*, 2021).

Nesse ínterim, foram mobilizadas várias estratégias a nível internacional que propuseram métodos e estruturas cujo objetivo era quantificar e evidenciar os ativos intangíveis em relatórios financeiros ou em outros documentos complementares emitidos pelas companhias. Entre elas, destacaram-se: o “Skandia Navigator”, elaborado por Leif Edvinsson; iniciativas governamentais, como o “Meritum” na Europa; e a identificação de criação de valor pelos ativos intangíveis a partir da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil de uma empresa, que entre acadêmicos e profissionais é mais difundida e conhecida por *market-to-book*, que é a razão do valor de mercado dividido pelo valor contábil (Dumay *et al.*, 2020).

O *market-to-book*, que também reflete oportunidades de crescimento, foi utilizado em conjunto com outras variáveis – a exemplo de gastos com P&D, *marketing* e pessoal, entre outras – como forma de medir os ativos intangíveis e relacioná-los ao desempenho corporativo (Lev & Gu, 2016), para testar teorias e, assim, produzir evidências empíricas de cunho positivista (Alcaniz *et al.*, 2011).

Diante do exposto, quais lições foram aprendidas a partir desses estágios?

2.2 ESTÁGIOS SUBSEQUENTES

É inegável que a literatura se desenvolveu bastante no primeiro e segundo estágios. Isso aconteceu porque se alcançou o objetivo de se chamar atenção da comunidade acadêmica, profissional, de agentes e órgãos públicos acerca da importância e relevância dos ativos intangíveis. Consolidaram-se conceitos, teorias e perspectivas, apresentaram-se evidências empíricas e propuseram-se índices, métodos e estruturas para avaliá-los e evidenciá-los. Por essas razões, a literatura sobre ativos intangíveis persiste como campo de pesquisa frutífero nos últimos 20 anos em vários países (Garanina *et al.*, 2021).

Em paralelo, nos anos 2000, o ditado “nem tudo que reluz é ouro” pareceu simbolizar as críticas ao discurso vigente (Dumay, 2013). De um lado, a comunidade científica começou a despertar para o fato de que as pesquisas sobre ativos intangíveis aumentaram em quantidade, mas os resultados se tornaram repetitivos e com pouco conhecimento novo; e, de outro, era necessário iniciar uma reaproximação com a prática para que os limites das discussões das perspectivas contábil e financeira fossem ultrapassados possibilitando a inclusão de mais uma nova perspectiva: a gerencial, a fim de analisar a influência dos ativos intangíveis na gestão de empresas (Dumay & Garanina, 2013). É possível trilhar esse caminho por meio de uma abordagem crítica que dá início ao **terceiro estágio**.

De forma resumida, com base no artigo de Dumay e Garanina (2013), pode-se dizer que o terceiro estágio consistiu em uma crítica à perspectiva contábil – e, por aproximação, à financeira –, porque apesar do seu grande esforço dedicado em produzir diferentes formas para medir e evidenciar os ativos intangíveis (ver Choong, 2008), acadêmicos e profissionais estavam céticos quanto a sua eficácia, questionando-se a utilização, a aplicação prática, a quantificação – seja em índice ou em valor monetário – e a evidenciação dos ativos intangíveis em relatórios financeiros ou em outros documentos emitidos pelas companhias. Consequentemente, perguntas surgiram, como: “qual método utilizar?”, “o que, de fato, esses números medem?”, “os ativos intangíveis geram valor para as companhias que os reportam?”, “como eles funcionam na prática?”.

Para demonstrar como essas críticas suscitaram as perguntas apresentadas, os dois parágrafos a seguir ilustram duas situações: uma sobre índices e valores contábeis e outra sobre evidenciação dos ativos intangíveis.

O Mercado de Capitais é um importante laboratório de pesquisas empíricas nas áreas de contabilidade e finanças. As companhias nele listadas são constantemente avaliadas pelo seu *market-to-book*, que, apesar de figurar entre um dos principais índices que identificam a criação de valor pelos ativos intangíveis de acordo com uma das correntes da literatura, essa é uma mensuração incompleta, porque o valor de mercado sofre oscilações causadas por inúmeros outros fatores; assim, tentar contornar esse problema por meio de valores contábeis é, também, uma mensuração incompleta, porque eles não compreendem todos os componentes dos ativos intangíveis (Dumay & Garanina, 2013). Por isso, para esses autores, evidências empíricas que relacionaram ativo intangível e desempenho corporativo produziram resultados contraditórios na literatura. Nesse cenário, incluem-se as análises desenvolvidas com base em indicadores tradicionais aplicados à avaliação de empresas intensivas em ativos intangíveis que, por vezes, podem gerar estimativas imprecisas se utilizados de forma isolada e independente (Lev & Gu, 2016) em decorrência dos motivos discutidos anteriormente.

De acordo com Dumay *et al.* (2020), aos poucos os relatórios específicos dedicados à evidenciação dos ativos intangíveis tornaram-se obsoletos para as companhias, tendo sido o INFOSYS em 2011 um exemplo mais recente citado pelos autores. Isso aconteceu porque a convicção de que existe uma relação positiva na qual quanto maior a evidenciação sobre ativos intangíveis, maior é a criação de valor pelas companhias que os reportam, não está suportada em evidências empíricas conclusivas (Dumay, 2016).

Nesse sentido, o terceiro estágio propõe uma agenda de pesquisa incremental aos dois primeiros. A partir dela, busca-se enfatizar a gestão dos ativos intangíveis, investigando-os dentro das organizações para que se compreenda como

eles funcionam na prática, isto é, como eles foram implementados pelas empresas, a fim de que seja possível entender seus aspectos específicos por meio de estudos de caso – transversal ou longitudinal – baseados em uma abordagem crítica, multidisciplinar e *bottom-up* (Dumay & Garanina, 2013).

Em decorrência dos estágios anteriores, foi pavimentado o caminho para os estágios subsequentes. Assim, o **quarto estágio** caracteriza-se pela construção de fortes ecossistemas que envolvam a economia, a sociedade e o meio-ambiente para que organizações, cidades e países se desenvolvam por intermédio da gestão dos ativos intangíveis (Dumay, 2013; Dumay & Garanina, 2013). Por fim, no **quinto estágio** esse escopo é ampliado pela transposição das fronteiras das organizações para novas questões que envolvam melhorias para a sociedade e o futuro do mundo (Dumay & Guthrie, 2019).

É interessante perceber o apelo que emerge da literatura para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas de impacto social, ambiental, político, prático e, obviamente, acadêmico, principalmente no contexto atual. Esse chamado também foi sugerido na revisão de literatura sobre ativos intangíveis feita por Garanina *et al.* (2021) e para o futuro da administração e áreas afins feita por Wickert, Post, Doh, Prescott e Prencipe (2021).

3. REVISITANDO O CASO NUBANK

Após essa breve imersão acerca da evolução da literatura sobre ativos intangíveis, retomam-se as perguntas feitas na introdução deste editorial: existiria, então, um contrassenso no caso do Nubank? Por que o mercado valorizaria tanto uma empresa que não é lucrativa?

No contexto da Nova Economia, o Nubank poderia ser representado como uma empresa intensiva em ativos intangíveis. Trata-se de uma *fintech* prestadora de serviços financeiros que evoluiu para companhia listada em Bolsa de Valores, sendo considerada um “unicórnio” (*startups* que valem mais de US\$ 1 bilhão) desde 2018 (Nubank RI, 2022b). Portanto, exemplifica-se de forma não-exaustiva que a sua geração de valor tem se desenvolvido pela gestão da inovação, tecnologia, marca, modelo de negócio, conhecimento dos colaboradores, cartela de clientes, relacionamento com *stakeholders*, dentre outros exemplos de intangíveis em conjunto com outros tipos de ativos.

Ao retomar os cinco estágios da evolução da literatura, recorda-se que tanto o valor de mercado, como os valores contábeis podem produzir resultados inconclusivos se aplicados de forma isolada e independente às empresas intensivas em ativos intangíveis. Por exemplo, de acordo com o valor de mercado, o Nubank foi a maior instituição financeira da América Latina em dezembro de 2021, mas no mês seguinte, em janeiro de 2022, a *fintech* perdeu o posto para o Itaú e ficou atrás do Bradesco, ocupando o terceiro lugar (Istoedinheiro, 2022) pelo mesmo indicador. Logo, o valor de mercado sofre alterações por diversos fatores e pode mudar ao longo do tempo, não produzindo uma estimativa consistente. Em relação aos valores contábeis, apesar de apresentar prejuízo na demonstração de resultado, isso não sinalizaria de modo definitivo que o Nubank não gera no presente ou não gerará valor no futuro. Em decorrência da atual fase de expansão, esse resultado econômico pode estar refletindo uma situação momentânea. Além disso, ativos intangíveis considerados direcionadores-chave de geração de valor podem não estar inteiramente registrados em seus relatórios financeiros, o que impactaria nas estimativas baseadas em dados contábeis e financeiros.

Pela própria definição, os benefícios econômicos gerados pelos ativos intangíveis são esperados para o futuro. No Mercado de Capitais, eles constituem expectativas cujo valor é incerto e com risco e, para serem realizadas, há forte dependência de fatores internos e externos às companhias. Ao visitar o caso do Nubank, por exemplo, um dos fatores externos que pode ter contribuído com a desvalorização de suas ações está atrelado ao cenário econômico atual dos Estados Unidos, onde é esperada alta dos juros (Istoedinheiro, 2022), enquanto um dos fatores internos pode ser atribuído ao modelo de negócio adotado, que precisará atender às expectativas de transformar a promessa de geração de valor futuro em entrega de resultado financeiro (BBC News, 2021). Como esses fatores são citados como exemplos de possíveis determinantes, é necessário desenvolver estudos científicos que estabeleçam relações de causalidade conclusivas.

Nesse contexto, torna-se necessário analisar os ativos intangíveis de forma abrangente, incluindo formas de mensuração quantitativa e qualitativa evidenciadas em demonstrações financeiras e complementares com a finalidade de construir uma narrativa que faça sentido no “todo”. Experiências passadas demonstraram que iniciativas anteriores foram insuficientes. Portanto, reportar os ativos intangíveis em conjunto com outros tipos de ativos ou capitais é relevante para a compreensão holística da geração de valor das empresas como suporte para a tomada de decisão de usuários internos e externos, de modo que seja possível acompanhar os impactos e as contribuições geradas junto ao seu ecossistema, à sociedade e ao meio-ambiente. O Relato Integrado e o Relatório ESG (sigla do inglês para *Environmental, Social and Corporate Governance*) são formas de evidenciação que direcionam esforços nesse sentido.

4. COMENTÁRIOS FINAIS

É urgente que se adote uma abordagem crítica sobre ativos intangíveis. Dessa forma se torna possível analisar a abrangência e as limitações do tema para que novas contribuições sejam feitas não só na academia, mas para uma audiência ainda maior formada por profissionais de mercado, investidores, reguladores, políticos, pela sociedade, entre outros(as).

Há anos, a literatura internacional sobre ativos intangíveis promove um chamado para a elaboração e divulgação de pesquisas teóricas e, principalmente, empíricas direcionadas para os estágios além dos dois iniciais. Ela tem sido profícua em produzir reflexões críticas sobre a teoria e prática dos ativos intangíveis contextualizadas às áreas de contabilidade e

finanças. Por isso, esse chamado se estende ao Brasil uma vez que a produção de conhecimento precisa avançar não só por meio dos dois primeiros estágios, mas através dos estágios subsequentes também.

Ao analisar o caso do Nubank, espera-se que tenha sido possível traçar um antes e depois: antes, na introdução, o caso foi introduzido superficialmente, ao passo que, depois, ao revisá-lo, análises críticas fundamentadas na evolução da literatura foram desenvolvidas para que os(as) leitores(as) reunissem elementos teóricos e práticos introdutórios de compreensão acerca da problematização da influência dos ativos intangíveis na geração de valor de empresas na Nova Economia. Por ter seguido essa linha de raciocínio, percebe-se que o caso em tela poderia ter sido substituído por qualquer outro que envolvesse companhias intensivas em ativos intangíveis.

Ressalta-se, diante do exposto, que as discussões desenvolvidas não pretendem esgotar as reflexões acerca desse tema. A motivação deste editorial foi demonstrar, de forma simples, rápida e intuitiva, uma possibilidade de análise incremental ao que já foi amplamente discutido na mídia a partir da literatura acadêmica aplicada a um caso prático e real. Espera-se, assim, que as pesquisas e discussões futuras avancem no sentido apontado pelo chamado da literatura internacional sobre ativos intangíveis.

REFERÊNCIAS

Alcaniz, L., Gomez-Bezares, F., & Roslender, R. (2011). Theoretical perspectives on intellectual capital: A backward look and a proposal for going forward. *Accounting Forum*, 35(2), 104-117. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2011.03.004>.

BBC News. (2021). Como Nubank se tornou banco mais valioso da América Latina sem dar lucro. Recuperado em 31 de janeiro, 2022, de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59813456>.

Cavalcanti, J. M. M., Amaral, H. F., Correia, L. F., & Louzada, L. C. (2018). Proposta de convergência teórica das perspectivas das finanças e da contabilidade na avaliação de ativos intangíveis. *Revista Universo Contábil*, 13(4), 177-193. <https://doi.org/10.4270/ruc.2017431>.

Choong, K. K. (2008). Intellectual capital: definitions, categorization and reporting models. *Journal of Intellectual Capital*, 9(4), 609-638. <http://dx.doi.org/10.1108/14691930810913186>.

Dumay, J. (2013). The third stage of IC: towards a new IC future and beyond. *Journal of Intellectual Capital*, 14(1), 5-9. <https://doi.org/10.1108/14691931311288986>.

Dumay, J. (2016). A critical reflection on the future of intellectual capital: from reporting to disclosure. *Journal of Intellectual Capital*, 17(1), 168-184. <https://doi.org/10.1108/JIC-08-2015-0072>.

Dumay, J., & Garanina, T. (2013). Intellectual capital research: a critical examination of the third stage. *Journal of Intellectual Capital*, 14(1), 10-25. <https://doi.org/10.1108/14691931311288995>.

Dumay, J., & Guthrie, J. (2019). Reflections on interdisciplinary critical intellectual capital accounting research: Multidisciplinary propositions for a new future. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32(8), 2282-2306. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2018-3636>.

Dumay, J., Guthrie, J., & Rooney, J. (2020). Being critical about intellectual capital accounting in 2020: An overview. *Critical Perspectives on Accounting*, 70, 102185. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2020.102185>.

Garanina, T., Hussinki, H., & Dumay, J. (2021). Accounting for intangibles and intellectual capital: a literature review from 2000 to 2020. *Accounting & Finance*, 61(4), 5111-5140. <https://doi.org/10.1111/acf.12751>.

Guthrie, J., Ricceri, F., & Dumay, J. (2012). Reflections and projections: A decade of Intellectual Capital Accounting Research. *The British Accounting Review*, 44(2), 68-82. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2012.03.004>.

Lev, B. & Gu, F. (2016). *The end of accounting and path forward of investors and managers*. New Jersey: John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781119270041>.

Lev, B. (2001). *Intangibles: management, measurement, and reporting*. Washington: Brookings Institution Press. <https://www.brookings.edu/book/intangibles/>.

Marr, B. (2005). *Perspectives on Intellectual Capital*. Oxford: Butterworth-Heinemann. <https://www.sciencedirect.com/book/9780750677998/perspectives-on-intellectual-capital#book-description>.

Nubank RI – Relação com Investidores. (2022a). Central de Resultados. Recuperado em 31 de janeiro, 2022, de <https://www.investidores.nu/financas/central-de-resultados/>.

Nubank RI – Relação com Investidores. (2022b). Acompanhe Nossa Jornada. Recuperado em 31 de janeiro, 2022, de <https://www.nuinternational.com/pt-br/companhia/acompanhe-nossa-jornada/>.

Nubank. (2021). Demonstrações financeiras consolidadas 31 de dezembro de 2020 NU PAGAMENTOS S.A. Recuperado em 04 de fevereiro, 2022, de https://nubank.com.br/docs/financial_statements/Nubank_consolidado_dez_2020.pdf.

Petty, R., & Guthrie, J. (2000). Intellectual capital literature review: Measurement, reporting and management. *Journal of Intellectual Capital*, 1(2), 155-176. <https://doi.org/10.1108/14691930010348731>.

Istoedinheiro. (2022). Nubank cai 20% desde estreia na Bolsa e já vale menos do que Itaú e Bradesco. Recuperado em 04 de fevereiro, 2022, de <https://www.istoedinheiro.com.br/nubank-cai-20-desde-estrela-na-bolsa-e-ja-vale-menos-do-que-itaue-bradesco/>.

Wickert, C., Post, C., Doh, J.P., Prescott, J.E. & Prencipe, A. (2021). Management Research that Makes a Difference: Broadening the Meaning of Impact. *Journal of Management Studies*, 58(2), 297-320. <https://doi.org/10.1111/joms.12666>.